



---

## SUMÁRIO

**14578 - A ASSISTÊNCIA NO EXTREMO SUL CATARINENSE: A SOCIEDADE DOS TRABALHADORES DO CARVÃO E O AMPARO À MATERNIDADE E INFÂNCIA POBRE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Julia Sabino Baldessar<sup>1</sup>, Ismael Gonçalves Alves<sup>2</sup> .....

**14641 - A ORGANIZAÇÃO DE AVICULTORES INTEGRADOS: UMA PEQUENA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DO MOVIMENTO, 2013-2016**

Gilvani Mazzucco Jung<sup>1</sup>, João Henrique Zanelatto<sup>2</sup> .....

**14818 - PROJETO PIBID HISTÓRIA: DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR, PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DISCUSSÃO DE GÊNERO**

Nathália Pereira Cabral, Isadora Farias Espindola, Michele Gonçalves Cardoso<sup>1</sup> .....



## Trabalho Completo de Pesquisa

### 14578 - A Assistência no extremo Sul Catarinense: A Sociedade dos Trabalhadores do Carvão e o amparo à maternidade e infância pobre na segunda metade do século XX

Julia Sabino Baldessar<sup>1</sup>, Ismael Gonçalves Alves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda do curso de História, membro do Grupo de Pesquisa História Econômica e Social de Santa Catarina, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

<sup>2</sup>Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil

**Resumo:** Em meados do século XX a inexistência de um eficiente sistema assistencial público na região carbonífera de Criciúma levou o empresariado local a buscar parceiras com o intuito de erigir um complexo dedicado a atender a população operária da região. Dentre as instituições de assistência implementadas neste período, destaca-se a partir da década de 1960 a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) que priorizou em suas ações o atendimento à infância e à gestante pobres. A pesquisa realizada propõe-se a investigar os impactos socioculturais das ações assistenciais geridas pela SATC, examinando os múltiplos agentes (entidades filantrópicas, médicos e outros especialistas) e sua atuação na implementação de políticas dirigidas à maternidade e à infância, bem como esta estrutura atuou no reforço de normas e valores morais baseados em tradicionais estereótipos de gênero e classe.

**Palavras-chave:** assistência, gênero, sociedade dos trabalhadores do carvão.

A seguinte investigação está vinculada ao Grupo de Pesquisa História Econômica e Social de Santa Catarina, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, grupo este que possui uma vasta pesquisa acerca da formação econômica, política e social do Complexo Carbonífero Catarinense. Esta pesquisa busca compreender como a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) utilizou-se de políticas assistenciais e de saúde para normatizar e moralizar a vida das famílias mineiras adequando-as às necessidades da indústria carbonífera. O trabalho investigativo desenvolvido valeu-se de revisão bibliográfica, análise de estatutos e relatórios apresentados pela diretoria executiva e agentes de saúde vinculados à SATC no período de 1959 à 1984.

A atividade mineradora desenvolve-se na região sul do estado de Santa Catarina em meados do século XIX, porém é com a Segunda Guerra Mundial que há um salto na extração de carvão da região. A necessidade de combustível fóssil para fomentar a indústria bélica proporciona ao extremo sul catarinense grande investimento proveniente



das empresas mineradoras, abertura de novos polos de extração de carvão e demanda de mão de obra para suprir esta recente configuração econômica (Rabelo, 2008).

Uma vez agrícola e agora industrializada, a cidade de Criciúma tem voltado para si o olhar de famílias que buscavam a possibilidade de melhores condições econômico-sociais através de novos vínculos empregatícios. Neste momento ela tornou-se destino de grande migração, recebendo indivíduos e suas famílias que deslocavam-se para ingressar na mineração, abandonando suas profissões originais na esperança de bom desempenho como mineiros ou atividades relacionadas. Provenientes da região litorânea sul de Santa Catarina, que compreende os municípios de Araranguá, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna e Laguna, estas famílias vislumbravam nas atividades relativas à mineração a possibilidade de maior estabilidade financeira, uma vez que a mina, diferentemente da pesca ou agricultura – suas ocupações originais – não estava suscetível a intempéries ou à variação sazonal que a lavoura e a pescaria compreendem, garantindo assim uma remuneração regular (Alves, 2009).

Neste contexto, não apenas a exploração do solo acarretou problemas ambientais e de saúde, mas também o crescimento populacional acentuou a falta de infraestrutura na região, especialmente nas Vilas Operárias onde os trabalhadores do carvão se estabeleceram. É com o intuito de suprir a falta de um eficiente complexo assistencial público que o empresariado local buscou parcerias para erigir a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) que ocupou lugar de destaque no serviço de assistência da região de Criciúma.

A atividade mineradora na região de Criciúma favoreceu o capital transformou a paisagem da cidade, os terrenos cobertos pelos rejeitos do carvão e o ar carregado de poeira piritosa passaram a compor a paisagem da cidade que carregava orgulhosamente o título de Capital Nacional do Carvão. Apesar de possuir regras claras, a extração do mineral se deu de forma desordenada e sem a efetiva fiscalização dos órgãos competentes – Departamento Nacional de Produção Mineral e o Ministério de Minas e Metalurgia. Com isso, a cidade viu nascer um número ainda maior de companhias mineradoras. O rápido desenvolvimento econômico de Criciúma, no período de instalação das primeiras minas de carvão produziu também consideráveis mudanças na estrutura do antigo núcleo populacional.

Formado inicialmente por uma pequena praça central onde estavam



localizadas a Igreja Matriz São José e um número pequeno de propriedades rurais, o centro da cidade iniciou um processo de expansão aglutinando todas as terras existentes ao seu redor. Os campos, que originalmente pertenciam às famílias de colonos, foram substituídos por moradias destinadas aos donos de minas. Além das famílias abastadas, no entorno da praça estabeleceu-se um pequeno número de mercearias e armazéns, dedicados a suprir a crescente demanda por gêneros de primeira necessidade, ocasionada pelo contínuo processo de migração. Aos poucos, o centro da cidade tornava-se o núcleo comercial e administrativo do município. Porém, os serviços básicos de infraestrutura – água, esgoto e energia elétrica – não foram capazes de acompanhar o crescimento da população e, suprir as necessidades que demandavam as práticas advindas sociedade industrial.

Uma vez agrícola e agora industrializada, a cidade de Criciúma tem voltado para si o olhar de famílias que buscavam a possibilidade de melhores condições econômico-sociais através de novos vínculos empregatícios. Neste momento o município tornou-se rota de um constante movimento migratório, recebendo indivíduos que deslocavam-se do campo ou do litoral para ingressar na mineração, abandonando suas profissões originais na esperança de bom desempenho como mineiros ou atividades relacionadas. Provenientes principalmente da região litorânea sul de Santa Catarina, que compreende os municípios de Araranguá, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna e Laguna, estas famílias vislumbravam nas atividades relativas à mineração a possibilidade de maior estabilidade financeira, uma vez que a mina, diferentemente da pesca ou agricultura – suas ocupações originais – não estava suscetível a intempéries ou à variação sazonal que a lavoura e a pescaria compreendem, garantindo assim uma remuneração regular (Alves, 2009). Neste contexto, não apenas a exploração do solo acarretou problemas ambientais e de saúde, mas também o crescimento populacional acentuou a falta de infraestrutura na região, especialmente nas Vilas Operárias onde os trabalhadores do carvão se estabeleceram.

Em uma localidade com tantos problemas sanitários não era impossível “criar” uma “elite” operária disposta a impulsionar o Brasil rumo ao desenvolvimento sem instituir uma ampla “política” capaz impedir a proliferação de um dos maiores problemas das cidades industriais brasileiras, as doenças contagiosas. Considerada o grande problema nacional, responsável pelo completo atraso do país, o combate as doenças tornou-se um



dos principais motes da ação do Estado sobre a população. Segundo Gilberto Hochman, criou-se entre a elite do país a consciência de uma interdependência entre pobres e ricos provocada pela disseminação de doenças. Não bastava apenas isolar-se do convívio com os miseráveis, era preciso instituir sobre eles uma eficaz rede de assistência com o poder de controlar todos os “malefícios” advindos de seu modo de vida. A doença acabava por igualar e conectar todas as comunidades em uma ampla cadeia de dependência (HOCHMAN, 1998, p. 50):

[...] a possibilidade de contágio tornara indissociáveis pobres e ricos, são e doentes, palácios e cortiços, regiões diversas de um mesmo país ou planeta, etc. Ninguém, em nenhum lugar poderia escapar da ameaça da doença e, por isso mesmo, ninguém poderia ser indiferente à sorte, à má sorte, de outros indivíduos, estejam onde estiveram, na mesma rua, na mesma cidade ou país, ou em um outro e longínquo lugar.

As elites, cientes de sua completa vulnerabilidade, entendiam que era preciso modificar as práticas de determinados grupos sociais através de um aparato de prevenção que colocava a população pobre numa espécie de quarentena permanente na qual seria controlado o fluxo migratório, eliminando as habitações consideradas anti-higiênicas, saneando as cidades, controlando as epidemias, impondo novos hábitos, tornando a cura e a profilaxia das doenças uma obrigação moral e política de todos

É com o intuito de suprir a falta de um eficiente complexo assistencial público que o empresariado local buscou parcerias para erigir a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) que ocupou lugar de destaque no serviço de assistência da região de Criciúma.

## **A Sociedade dos Trabalhadores do Carvão**

Idealizada em conjunto entre as empresas mineradoras de carvão de Santa Catarina e fundada em 2 de maio de 1959, a Sociedade dos Trabalhadores do Carvão compreendia entre seus sócios componentes as “empresas mineradoras de carvão, na proporção de suas contribuições e outras atividades relacionadas” (SATC, 1959, p. 2), obtendo para seu funcionamento recursos oriundos tanto de meios privados quanto públicos. O objetivo de seu serviço era prestar assistência social aos trabalhadores do carvão e suas famílias, como “auxílio hospitalar, farmacêutico, dentário, educacional-



técnico, habitacional, alimentar, recreativo, entre outros” (SATC, 1959, p. 1), ou seja, o alcance e intervenção não se dariam apenas no âmbito da saúde, mas abarcariam também o cotidiano nas Vilas Operárias.

Em vista do eficiente e bem-aceito trabalho realizado pelas congregações religiosas femininas na região de Criciúma, firmou-se parceria com as Pequenas Irmãs da Divina Providência que, após um curso de Puericultura Básica ministrado pelo médico David Boianovsky, iniciaram seus trabalhos pela SATC como visitadoras e assistentes sociais entre a população operária (SATC, 1965, p. 1). A situação com a qual se deparavam no contexto dos trabalhadores do carvão era a de poucas condições de higiene nas casas de madeira com pequenos cômodos, sem saneamento básico ou água encanada, ruas e entorno contaminados com a presença de pirita e outros detritos da extração do carvão. A mortalidade infantil era elevada e havia a necessidade da implementação de hábitos que prevenissem a morte ou adoecimento tanto da gestante quanto do recém-nascido.

O método estabelecido pela SATC para o controle e instrução desta população era exercido através do Serviço de Puericultura da instituição, que através da visitação periódica realizada pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência possibilitava uma relação direta entre os agentes de saúde e as famílias atendidas. O Serviço de Puericultura contava com um plano de ação minucioso direcionado à gestante e à criança, onde todo nascimento de um filho ou filha de mineiro era comunicado imediatamente à SATC, acionando assim a ida de uma irmã visitadora ao domicílio da família a fim de realizar o registro do recém-nascido, checar as condições da habitação e ambiente geral. Na segunda semana após o nascimento era dever da mãe comparecer com a criança em um posto de atendimento mais próximo, onde o bebê seria pesado, medido, vacinado e examinado. Este padrão deveria repetir-se todos os meses do desenvolvimento do recém-nascido e ao longo deste período ele receberia cuidados específicos, a mãe seria instruída, no próprio posto de atendimento, acerca dos procedimentos de puericultura apropriados para o cuidado com seu filho (Boianovsky, 1965, p. 7).

Paralelamente ao Serviço de Puericultura eram oferecidos os Cursos Populares direcionados às mulheres e ministrados pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência. Neles eram ensinados os segredos da boa cozinha e maneiras eficientes de gerir o lar e proporcionar um ambiente ideal para o pai de família trabalhador e seus filhos.



Três eixos eram fornecidos (SATC, 1969, p. 6):

A – Arte Culinária, abrangendo parte Teórica e Parte Prática. As alunas aprendem a organizar um cardápio dentro das exigências da dietética; estudam a origem dos alimentos, calorias que contém, vitaminas, etc. A parte prática vai do trivial à confecção de bolos artísticos. A Economia doméstica também é ensinada às alunas bem como Boas Maneiras.

B – Trabalhos Manuais, - Bordados, crochet, tricô, nhandudi, jogos de cama e mesa, etc, etc.

C – Artesanato – Flôres, modelagem, decapé, arranjos para páscoa e Natal, enfeites para mesa de aniversário, pintura em vidro, tela e pano, etc, etc. (sic)

## O Ciclo da Ignorância

David Boianovsky, o médico pediatra em atividade na SATC a partir da década de 1960, explana sua preocupação acerca da difusão dos procedimentos de puericultura e higienismo no trabalho intitulado A Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) e a Assistência Social na Zona Carbonífera de Santa Catarina apresentado no II Simpósio Nacional do Carvão, ocorrido na cidade de Florianópolis em 4 de dezembro de 1965. Para o médico, a empreitada de cercar as famílias mineiras em preceitos da medicina moderna era imprescindível e materializava-se de forma constante na ação da SATC, constituindo um discurso transmitido pelo médico responsável, através das irmãs visitadoras, até a população das Vilas Operárias.

Neste trabalho, Boianovsky elenca a representação de um ciclo vicioso e o nomeia Ciclo da Ignorância, esquematizado da seguinte forma: “Pai Ignorante – Recém Nascido e Lactente Distrófico – Escolar Depauperado – Púbere Incapaz” (BOIANOVSKY, 1965, p. 3). Segundo o médico, a mortalidade infantil e todas as outras moléstias que atingiam a infância no contexto da exploração do carvão são consequências da ignorância dos pais, e mais especificamente o relapso das mães na criação de seus filhos. A falta de conhecimento acerca do método ideal para nutrir e proporcionar um ambiente de bem-estar para as crianças, embasado na medicina moderna, é tanto a causa quanto a perpetuação da condição precária de saúde nas Vilas Operárias. O alvo de toda a operação da SATC encontra-se na ruptura deste ciclo onde os problemas se iniciam com os pais ignorantes e esta ação desleixada se reflete na saúde e predisposição do recém-nascido às doenças, mau desenvolvimento físico e mental, condição que será perpetuada por esta criança uma vez que se torne adulta e constitua sua própria família.



A criança nascida da gestante anêmica e contaminada passa a receber o impacto monumental que é o binômio ignorância-miséria, realizando os processos de crescimento e desenvolvimento em casebres sujos, confinados, promíscuos, com alimentação inadequada, contaminando-se, chegando ao óbito com relativa facilidade no primeiro ano de vida e, livrando-se dêste, acaba por apresentar-se como um distrófico de baixo quociente intelectual e mínimas condições físicas, formando concepções negativas da sociedade e desenvolvendo recalques que, na idade adulta, a par da própria incapacidade intelecto-física para o trabalho, determinam a tomada de atitudes agressivas contra os bem afortunados a quem êle (consciente ou inconscientemente) julga culpados da própria descompensação. (BOIANOVSKY, 1965, p. 3)

Descrevendo as condições de moradia presentes nas Vilas Operárias o médico explana acerca do desenvolvimento problemático que elas acarretam no recém-nascido e como no futuro se refletirão no seu posicionamento com relação à sociedade na qual está inserido. Este quadro, por se estender além do espaço privado dos trabalhadores do carvão, torna-se perigo eminente para o próprio funcionamento da empresa mineradora que emprega esta população, uma vez que sem condição intelecto-física para realizar o trabalho pesado relacionado à exploração do solo, não produzirá da forma esperada, perpetuando inconvenientes com os quais a sociedade deverá lidar.

Desta forma, a alimentação exerce papel imprescindível no combate “a todos os agravos externos-infecciosos, alimentares, meteorológicos” (BOIANOVSKY, 1965, p. 3), estabelecendo assim como peça central a figura da mulher gestora do lar, responsável por realizar o bom preparo de uma alimentação nutritiva e capaz de prover imunidade e bem-estar, bem como maneiras de organizar e higienizar o espaço doméstico. O Ciclo da Ignorância expressa um modelo de família considerada disfuncional, pois as funções de cada um de seus membros não são realizadas de maneira ideal. Os pais, e mais especificamente as mães, não proporcionam plenamente aos filhos as condições que lhes assegurarão uma infância saudável. Fixando na alimentação a chave da reversão do Ciclo da Ignorância, o médico e seu discurso culpabilizam e instrumentalizam a maternidade, ou seja, o valor da mãe está diretamente relacionado ao que ela é capaz de prover no âmbito doméstico ao seu núcleo familiar. Na compreensão do médico, o rompimento deste ciclo vicioso só se faz possível de maneira eficaz e duradoura se acontecer na infância, onde tem-se o estágio do Recém Nascido e Lactente Distrófico. Em suas palavras: “Somente a partir dela [criança] poderemos transformar o ciclo da ignorância, formando adultos bem orientados que, por sua vez, melhor orientarão os



próprios filhos e assim por diante.” (BOIANOVSKY, 1965, p. 6).

Pautado em um modelo burguês de família, onde todos os cuidados com o recém-nascido e demais filhos são incumbência plena da mãe que deve manter-se na esfera doméstica para tal, enquanto o homem atua na esfera do trabalho produtivo e fornece o sustento financeiro do lar, este discurso traz à tona a culpabilização da maternidade, uma vez que a persistência das moléstias que assolavam a infância no contexto dos trabalhadores do carvão só ocorrem por desleixo das responsáveis com o cuidado dos filhos.

### **Cursos Populares**

Segundo o relatório do Serviço Social da SATC do ano de 1969, os Cursos Populares distribuídos em núcleos entre os bairros da cidade de Criciúma (Rio Maina, União e C. Mineira, Metropolitana, São Marcos, Boa Vista, Mina do Mato, Mina Naspolini, Linha Batista, Próspera e Operária) contaram com 5.112 comparecimentos de 79 mulheres matriculadas nas 474 aulas de Arte Culinária; 10.854 comparecimentos de 184 mulheres matriculadas em 512 aulas de Trabalhos Manuais; 462 comparecimentos de 8 mulheres matriculadas em 76 aulas de Artesanato. A popularidade expressa na grande assiduidade com a qual contavam os cursos, indica como a introjeção do discurso culpabilizador empregado pelo médico é eficaz na reorganização do modelo familiar, o discurso culpabilizador empregado pelo médico traz à tona a instrumentalização da maternidade, onde o valor da mãe é diretamente relacionado ao que ela pode prover para melhorar as condições de vida da sua família.

Este modo de vida difundido pela SATC, tão contrastante com a ordem vigente nas Vilas Operárias é pautado em uma norma burguesa, de modo que a mulher encontrasse idealmente restrita ao ambiente do lar, diferente do que ocorria com frequência entre as famílias operárias onde as mulheres e mesmo as crianças exerciam atividades relacionadas à mineração, como a de escolheiras. Costa (1999, p. 8) descreve:

Um outro trabalho efetuado por crianças era o de encontrar pedras de carvão aproveitáveis que escapavam da escolha. As "escolheiras", ao escolher o carvão, jogavam fora os rejeitos, que foram acumulando e formando uma montanha, próxima ao galpão da escolha, a "Ponta da Pedra", como ficou conhecida na lembrança dos moradores. Neste Local, dezenas de crianças e mocinhas buscavam pedras de carvão. Com picaretinhas, batiam na "Ponta da



Pedra" em busca de pedras de "ouro negro" para vender e, sendo que a venda era efetuada para a própria Carbonífera. Com o dinheiro que recebiam ajudavam nas despesas da casa.

As atividades da família operária estavam muito distantes do ideal difundido pela atuação da SATC, porém para sanar o problema da precariedade presente e mortalidade infantil, era imperiosa a reversão do Ciclo da Ignorância a fim de “poder contar com homens de mentalidade bem formada a impulsionar físicos tão imunes quanto possível” (Boianovsky, 1965, p. 5) para o trabalho na extração do carvão.

Desta maneira observa-se como a introjeção destes hábitos era constantemente reforçada e controlada pelos agentes da SATC através do complexo assistencial erigido na região de Criciúma.

**Fonte financiadora:** CNPq, UNESC.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ismael Gonçalves. **Faces da assistência social do setor carbonífero catarinense: Criciúma, 1930 - 1960. 2009.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

ALVES, Ismael Gonçalves Alves. **(Re)construindo a maternidade:** as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960). Tese de Doutorado apresentada ao PGHIS da Universidade Federal do Paraná, 2014.

BOIANOVSKEY, David. **A SATC e a Assistência Social na Zona Carbonífera de Santa Catarina.** Florianópolis, 1965.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

COSTA, Marli de Oliveira. **Arte de viver:** recriando e reinventando espaços - memórias das famílias da Vila Operária Mineira, Próspera Criciúma (1945/1961)

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder.** São Paulo Ed. Graal, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides (Org). **Memória e cultura do Carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.



---

HOCHMAN, Gilbert. **A era do saneamento**: as bases da saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

RABELO, Giani. **Entre o Hábito e o Carvão**: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Tese de doutorado apresentada ao PPGEdU da Universidade do Rio Grande do Sul, 2007.



## Trabalho Completo de Pesquisa

### 14641 - A organização de avicultores INTEGRADOS: uma pequena tentativa de compreensão DO MOVIMENTO, 2013-2016

Gilvani Mazzucco Jung<sup>1</sup>, João Henrique Zanelatto<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil. Bolsa CAPES.

<sup>2</sup>Pós-Doutor e Doutor em História, professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

A pesquisa em andamento busca analisar a relação social e de trabalho cristalizada entre avicultores integrados e agroindústrias, por intermédio do contrato de integração, ou integração vertical. Se debruça sobre a integração socioeconômica da unidade de exploração de base familiar, a modernização técnico-produtiva, a mercantilização do produto agrícola e do trabalho rural. Nesse sentido, procura compreender a inter-relação entre agroindústria, produtor integrado e a Associação de Avicultores do Sul Catarinense (AVISULSC). Embora a atividade transcorra no Sul Catarinense a partir da década de 1980, apenas nos últimos três anos houve necessidade de organização entre os produtores. Atualmente 780 estabelecimentos adquirem renda deste empreendimento, distribuídos entre a avicultura de corte, recria e ovos férteis. Com base na obra do historiador inglês Edward Thompson, intenta olhar para a experiência socialmente determinada, nas relações de produção em que homens e mulheres entraram involuntariamente. Nesse sentido, como essas diferentes experiências transformadas no processo de modernização da agricultura brasileira são vividas na sociedade regida por mercados. Assim, o termo experiência retoma a transformação de valores simbólicos mediante formas específicas de reprodução social. O fenômeno histórico é compreendido sob dois enfoques: subjetivo ou as tradições vigentes em um determinado momento; e objetivo, a experiência concreta do grupo de indivíduos. Em outras palavras, a experiência remete a influência potencial do ser social na estrutura histórica. Com mais efeito, ser social é coletividade captado por meio de modos de resistência e cultura de contestação na forma coletiva e individual.

**Palavras-chave:** Experiência, Produtor integrado, Representação rural.

## INTRODUÇÃO

Antes de prosseguir precisamos demarcar objetivamente os rumos da pesquisa em História. De modo geral, a disciplina tem como objeto a sociedade humana nas múltiplas formas de manifestação. Assim, utiliza uma metodologia articulada entre práticas e modos de apropriação deste objeto pelo historiador, e os instrumentos de análise. Em outros termos, a teoria sustenta e fundamenta a compreensão do fato histórico geralmente estabelecido por consenso, construído no dialogo contínuo com a



fonte documental informante. A fonte histórica não é qualquer coisa, mas sim tudo material que um determinado grupo dota de sentido e significado. A História, enquanto disciplina não pretender ser total, mas visa apreender uma totalidade social em movimento, as dimensões objetivas e a inter-relação entre as forças sociais, a estrutura social e econômica. Por outro lado, o ambiente físico e as representações concretizadas na ação e ato concreto vivido. Para adequar o fazer do historiador, buscamos conciliar os trabalhos já produzidos sobre a temática, delimitando temas correspondentes aos objetivos propostos pela pesquisa, os relatos dos produtores da região, e o diálogo com a AVISULSC. Todo tipo de evidência que possa ser pertinente para a reconstrução do processo social, da continuidade e da ruptura, e do significado da ruptura. Assim, o historiador reformula uma narrativa, geralmente um fragmento da realidade objetiva, assumindo o caráter verossímil e os limites da sua prática historiográfica e conhecimento.

A delimitação da pesquisa, sublinha em texto a região do Sul Catarinense (SC), refere-se aos pequenos estabelecimentos produtores de matéria-prima para a indústria-frigorífico. Na literatura a organização da produção e conhecida como integração ou integração vertical, ou seja, a empresa transfere os elementos produtivos para o produtor que se encarrega de proceder e gerir os fatores de produção. Nesse sentido, disponibiliza estrutura física e trabalho, e posteriormente entrega os animais da indústria para o abate. O modelo de integração é conhecido e reconhecido por seu desdobramento e implicações, tanto por conta da eficiência econômica, mas também pelos impactos sociais e ambientais. Além disso, pela implicação no lado agrícola, considerando a possibilidade de obtenção de renda nesta forma de produção industrial.

Elegemos por temáticas as relações socioculturais no espaço rural, entre as unidades de exploração mais integradas na dimensão socioeconômica, a saber ao mercado. De modo geral, em nível macro-social, os sobreviventes de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial induzido por transformações oriundas da modernização conservadora e continuada da agricultura. Nesse rearranjo, encontramos produtores capitalizados atuando na forma contratual da organização da produção que visa padronizar e prover escala e homogeneidade do produto, em específico o frango. As inovações, os ditames do mercado, a exigência continuada de investimentos dá o tom e tinge o cenário da constituição dos grandes complexos agroindústrias em Santa Catarina,



potencializados por políticas públicas (SCHIMIDIT, 2003; GOULARTI FILHO, 2016; PERTILE, 2011).

Entretanto, a pequena produção novamente encontra-se nos limites das dimensões objetivas. Antes do grande embate entre o fim e continuidade da pequena produção, ou das pequenas propriedades frente valorização do capital. A questão atual reside no mecanismo perverso que se processa no campo. Em outros termos, incorporamos a tese do desenvolvimento rural bifronte. Nesse sentido, o dinamismo econômico eleva a concentração produtiva promovendo uma diferenciação social profunda, e uma intensa seletividade e exclusão dos produtores rurais. A segunda face deste processo indica que nunca antes na história agrária e agrícola brasileira, os estabelecimentos agrários de menor porte econômico estiveram tão próximos das fronteiras da marginalização (BUAINAIN, et al., 2013, p. 114-115).

Nesse sentido, como demarcar e materializar a representação política dos produtores rurais? Também se faz necessário deixar em suspenso a generalidade de termos aplicado em teses controversas, válidas, mas simplificadoras ao acentuar uma possível contradição inexistente. Uma proposta esboçada a partir da década de 1980, identifica um acentuado processo de setorização e divisão por produto: soja, milho, arroz, carnes, frutas e etc. De fato, essa tendência é evidente nas questões implícitas de cada ramo de atividade, tendo sido observado desde a década referida. Além disso, não podemos falar em classe, no máximo indicar a existência de grupos com experiências plurais, inseridos em padrões produtivos, contextos locais e regionais, como uma ampla diversidade (SILVA, 1998; SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982). Desse modo, as reivindicações estão relacionadas com políticas agrícolas específicas para o setor específico. De fato, conforme Buainain et al. (2013) as políticas agrícolas no Brasil geralmente passam longe de uma visão de longo prazo capaz de diluir os problemas da estrutura socioeconômica, entretanto, com planejamento adequado ainda há tempo.

No que se refere as formas de representação sociopolítica deste heterogêneo grupo, avicultores, agricultores ou não, em nível de demarcação heurística alcança um padrão específico, por vez baseado na diferenciação que objetiva questões novas no sentido de: transparência nos contratos; compartilhamento de riscos e de ganhos; a revisão das tabelas de conversão e os índices de produtividade; eliminar o assédio moral; a revisão dos contratos construídos unilateralmente; acesso a todo tipo de informação; e a



exposição das informações relativas da atividade antecipadamente para os interessados na adesão. Além disso, o diálogo com a integradora, e que a negociação seja levada por bons ventos e de maneira coletiva. Por outro lado, a recente lei nº 13.288 da integração agroindustrial, busca harmonizar uma relação com um histórico de problemas crônicos. Se as associações de avicultores ao nível regional, e a Associação Brasileira do Avicultores Integrados (ABAI) vão levar adiante as principais reivindicações, isso só pode ser entendido como o fruto de um movimento político legítimo. De fato, no plano sociopolítico nunca tiveram meios de se apropriar do produto socialmente produzido ou transformar o contrato em uma forma segura de interação, e mesmo de assumir o lugar que lhe é devido e correspondente a sua importância econômica (MIOR, 1992).

Antes de prosseguir precisamos apreender algumas características da representação que os identifica e os diferencia. Uma demarcação básica divide heurísticamente os segmentos entre produtores rurais e trabalhadores rurais. Nesse sentido, a hipótese de pesquisa argumenta que a representação desse seguimento não encontra suporte na estrutura convencional, ou nas formas institucionalizadas de organização social. Mas então como ocorre no país a representação dos setores agrícolas? De acordo com Ricci (2009) alguns elementos caracterizam a estrutura sindical rural no Brasil. O tardio reconhecimento, apenas nas décadas de 1960, por um lado indica a força dos grandes proprietários atuando junto ao Estado. Desse modo, é a maior estrutura sindical do país, é praticamente um desconhecido e estranho entre os intelectuais. Assim, no plano histórico foi o sindicalismo mais organizado e articulado em todo o Brasil, nos anos do regime militar e independentemente da coloração da base ideológica de sustentação, cristalizou e solidificou um compromisso de lealdade e cooperação.

A Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi sempre a dirigente das ações e das mobilizações ao nível de afirmação e continuidade dos programas. Entretanto, no aparecimento de novas propostas se fragmenta, fato que acentua as contradições internas. Hoje o termo reconhecido como agricultura familiar, surge de um programa específico da CONTAG, e aos poucos ganha força e legitimidade social, torna-se alvo de políticas públicas pelo Estado sendo muito estudado pelo mundo acadêmico. A partir disso encontramos uma simples constatação, atualmente há no campo três grandes organizações ligadas as lutas sociais: A CONTAG; o Movimento dos



Trabalhadores Sem Terra (MTST); A Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL). A FETRAF nasceu nos estados do sul do país. De modo geral, os três movimentos correspondem ao novo sindicalismo, divergente em sentido do sindicalismo dito institucional, fortemente ligado a estrutura política do Estado. A FETRAF, recentemente transformada numa federação ao nível de Brasil, se desloca da CONTAG apesar desta ainda dar suporte a agricultura familiar. Conforme Favareto (2006) esta nova organização, a agricultura familiar, pode significar uma aproximação do novo sindicalismo com o Estado, ainda que na origem era de oposição e rejeição clara e bem delimitada. Nessa linha, argumenta o autor, transcorre uma forte ruptura no monopólio da representação dos trabalhadores rurais no país, a mais trinta de anos sob controle da CONTAG, e um realinhamento com outros movimentos sociais distanciados desde a década de 1990.

Em resposta, o contexto abre um novo momento para a CONTAG representar o cenário. Assim, um ponto a ser considerado nos estados do sul do país decorre da multiplicidade de demandas, em sua variedade e complexidade. Se para o norte do Brasil o sindicalismo leva adiante medidas de contestação política e busca rupturas na estrutura fundiária, ou seja, no poder fundiário. No Sul segue caminhos diferenciados entre os quais a inserção dos agricultores no mercado, por intermédio do aprofundamento das políticas voltadas as parcelas de agricultores marginalizados. A contradição básica se encontra no fato de que a base da organização social do campo está sustentada na agricultura familiar, e pouco nos trabalhadores do campo, haja vista as configurações e rearranjo das distintas regiões do país. Em termos gerais, a contestação social no campo consiste nos marginalizados do sistema produtivista, potencializado nas forças políticas do agronegócio, expressão das relações de poder excludentes de  $\frac{3}{4}$  das unidades em totalidade no território nacional.

A partir da formação social, enumeramos uma divisão que percorre o cenário brasileiro em relação ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial. Por um lado, uma agricultura produtivista que emerge fortemente na década de 1980. Em termos políticos, significa a reconfiguração das entidades patronais tendo como base de sustentação o modelo proveniente da revolução verde. A prioridade do Estado brasileiro esteve direcionada para este setor da agricultura no transcurso histórico, e é representada atualmente pela bancada do Congresso Nacional intitulada: ruralista. Do outro lado,



podemos considerar a agricultura familiar, um conceito que emerge nos desdobramentos do mesmo desenvolvimento rural. Em termos efetivos ganha força na década de 1990, durante a efetivação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O conceito agricultura familiar consiste na expansão da demanda diferente e comum de três segmentos distintos: agricultores familiares integrados ao modelo produtivista, os menos integrados, e trabalhadores assalariados do campo (BOSSETI, 2013). Nesse sentido, o setor dito patronal se organizou em torno da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), ao mesmo tempo que se apropriou da estrutura estatal, mantendo suas federações no âmbito estadual.

Dito isto, mas o foco do artigo vislumbra os caminhos e desafios do setor imerso no modelo produtivista, incorporando pequenos proprietários em sua particular inserção no mercado, e na busca por representação política. O fato marcante consiste em deixar em suspenso a generalidade e concentrar a linha do argumento na contradição básica, produtor não é produtividade, e produtor familiar é diferente de agricultura familiar, embora a definição política seja mais funcional para compor um cenário mais amplo. Ou seja, o fato é em nível de análise separar produtivismo ligado ao empreendimento intensivo e capitalista, da produção agrícola geral. Entre uma agricultura profissional e uma tradicional, reside várias formas de inserção e seletividade difíceis de uma caracterização adequada. Mesmo para aqueles inseridos o quadro de reprodução material pode estar em decomposição.

Na literatura sociológica encontramos várias explicativas para caracterizar a transferência do processo produtivo e conseqüentemente falta de autonomia. O argumento busca responder a questão lançando mão de fatores entre os quais: afinidade eletiva; uma função para o capital; seletividade/exclusão determinada por fatores socioeconômicos; consenso e dissenso. Nas linhas de explicação marxistas e marxianas: expropriação formal; salariado por peça; extensão da fábrica; vassalo da agroindústria. Em linhas gerais, o principal debate consiste no argumento de que inserido na rede mercantil ou contratual, o pequeno produtor acaba subordinado na relação pelo poder do capital industrial. De fato, deve seguir os parâmetros da produção técnica e fica sujeito as regras agroindustriais, num mercado monopolista, fator que reduz o poder de barganha. Assim, apesar da divergência das propostas mantemos uma certa proximidade entre os argumentos de permanência e continuidade, pois objetivamente a realidade é mais rica em



termos de pesquisa, e não esgota as situações no vivido concreto. Dessa forma, qual o contexto da emergência da associação e por que será que o quadro sindical não dá conta do seguimento composto por avicultores na região ao Sul de Santa Catarina?

Uma rápida descrição das redes de relações pode ser descrita no 1 Seminário da Produção Integrada, no dia 02 de abril de 2014, para promover debates sobre os problemas enfrentados pelo setor que trabalha com a produção integrada. O evento realizado na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), visava mobilizar a sociedade civil e contou com representante da CONTAG, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), Sindileite, Associação dos Avicultores do Planalto Norte (AAPLA), Associação dos Avicultores do Sul Catarinense (AVISULSC), Aproave e outros sindicatos catarinense. A convite da FETAESC, demais entidades públicas, das quais a Secretaria da Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina. Além disso, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Os últimos a convite da FETAESC (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2014). No texto, chega-se a discordância do projeto de lei PI - 3459/2013, argumentando a deliberação coletiva que não vá para votação parlamentar, e que seja adiado. Por fim, pleiteia a favor da criação do Fórum Estadual de Defesa da Produção Integrada. Em suma, ao nível de hipóteses de pesquisa uma proposta específica envolve entidades de linhas marcadamente divergentes entre si. Assim, tecemos alguns pontos sobre a constituição da AVISULSC, e as interações entre as entidades públicas e os produtores integrados, e o lado agroindustrial.

### **A associação afirmando suas raízes: três anos de uma admirável busca por negociação e diálogo**

São muitas as atividade que percorrem de maio de 2013 até a data do escrito. Confessamos que para um historiador dos mundos do trabalho, impera instantaneamente narrar a cultura de dissidência, na forma que se manifesta aos olhos. Logo, a pergunta básica consiste em entender como ocorre a organização entre os produtores, e quais os canais e caminhos tencionados neste processo. Diferentemente da organização



tradicional em via de sindicalismo, temos um outro elemento que deve ser destacado. A transferência do processo produtivo, no entendimento, a falta de autonomia pouco explica uma atividade regida por um padrão industrial externo de funcionamento. Animais e insumos são da agroindústria, conseqüentemente o produtor pouco interfere. A avicultura em Santa Catarina sempre foi uma atividade de poucos, e o controle do perfil do produtor permitiu as grandes agroindústrias um acelerado programa de crescimento e competitividade (DALLA COSTA, 2008). Além disso, os avicultores são proprietários dos estabelecimentos, e foram engendrados capitalizados por políticas públicas conjunturais ao nível macroeconômico. No desdobramento local, as unidades de exploração estão dispersas na região do Sul Catarinense, composta pelas Associações dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), do Extremo Sul Catarinense (AMESC), e da Região de Laguna (AMUREL). Considerando o mapa geográfico e as distancias, Nova Veneza é o centro geral das assembleias, há um espaço e uma fator de logística. Nesse sentido, tratamos de construir a narrativa deixando o marcado temporal em 2013, momento de uma crise aguda no setor e a aquisição e aluguel das plantas frigoríficas de Forquilha, Nova Veneza, e Morro Grande pela JBS. Entretanto, as informações aqui podem ser relativas, conforme o decorrer do aprofundamento das questões.

Reconstruindo os percalços da organização três reuniões para elaboração da pauta de reivindicações e outros subsídios para a formação da associação. Como todo movimento, o primeiro item é construir uma base de informações. No dia 03 de agosto do mesmo ano, é realizada a assembleia geral da constituição da AVISULSC. A partir daí vários caminhos são traçados. Reuniões com o delegado do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), deputados, e com o secretário da agricultura, ambas em Florianópolis. Paralelamente, audiência com o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Criciúma, e a gravação por meio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) de documentário para evidenciar os problemas da avicultura na região. Nessa primeira fase, o marco positivo é a audiência pública intitulada “Debater os problemas da avicultura de Santa Catarina”, em Nova Veneza no dia 23 de setembro. Nesta a JBS estava faltante, conforme a leitura da carta enviada aos parlamentares, o excesso de chuva em Santa Catarina e a calamidade instaurada havia causado problemas e lotado a agenda da empresa.



Um ofício interessante, de 2013, ao presidente da Comissão de Agricultura da ALESC destaca a necessidade urgente de iniciar junto ao Governo Federal tratativas visando renegociar as dívidas dos produtores, junto as instituições financeiras públicas e privadas (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013b). De fato, qual a causa do endividamento? Conforme o ofício, acompanhado do diagnóstico socioeconômico das unidades de produção, demonstra a importância direta e indireta da atividade na economia regional. Os dados econômicos foram elaborados pela associação dos municípios AMREC e AMESC. Em síntese, apoiado em dados objetivos o ofício reafirma a difícil condição dos 780 avicultores distribuídos entre a avicultura de corte, recria e ovos férteis, na insustentabilidade do modelo de remuneração. O problema consiste no valor recebido de acordo com o documento, mal cobre os custos de produção do lado agrícola como: energia, lenha, depreciação, investimento e mão-de-obra. Por último, menciona o fato da descapitalização e da falta de atratividade, fato que dificulta a permanência de sucessores nas propriedades. Melhor decomposta a situação: 50% não tem sucessão ou inserção das gerações precedentes; 80 % tem algum tipo de financiamento; e a maioria das propriedades de 1 a 10 hectares é fruto de herança (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013).

Nesse sentido, como desperta e por qual motivo a mobilização emerge nesse momento de crise para o setor, um tanto genérico para ser descrito aqui, no ano de 2013? Conforme dados, houve em outro tempo tentativa de mobilização, entretanto pouco sabemos sobre. Ainda que generalizado de forma precipitada, foi uma prática comum o diálogo apenas de forma individual, principalmente entre as empresas medias e pequenas. A prática pode ser reconhecida de modo que reatualiza a tradicional relação entre a casa comercial e o agricultor, fato histórico e parte da história social destas regiões de colonização. Além disso, a JBS surge na região em um momento de crise, a alta dos preços do milho e outras questões induz uma rápida descapitalização dos frigoríficos de pequeno e médio porte em Santa Catarina como um todo (PEDROZO, 2016). Inclusive a FAESC sublinha que o problema do milho permitiu a aquisição dos médios grupos por complexos agroindustriais de maior porte. Haja vista o espaço do artigo, limitamos a informar que Santa Catarina sendo uma região com um modelo de produção de proteína alimentar bem conhecido, carece de um déficit de milho, um dos



componentes básicos da razão. Em termos gerais, o consumo em relação a produção é negativo na casa de 3.5 milhões de toneladas.

Se isso só não dá subsídios para entender a organização, transcrevemos um documento que visa expor o motivo do produtor protestar: o negócio da avicultura movimenta 15 % da economia da região; desde 2007 estão sem reajuste; por outro lado o banco pressiona o recebimento das parcelas do financiamento que não podem saldar, feitas para implantar, atualizar e melhorar a tecnologia de produção (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2013c). Dessa forma, desde 08 de julho buscam meios para negociar com a JBS, principalmente nas questões críticas e na construção efetiva de um canal permanente de diálogo. A empresa é indicada por formar um monopólio que se traduz na falta de oportunidade e mobilidade entre os avicultores. O monopólio por sua vez reduz e impede uma margem de manobra. Também informa sobre as duas rodadas de negociações com a JBS, mas alerta que pouco ofereceram de melhorias para solucionar os problemas e arejar a relação entre as duas partes. Desse modo, o poder empresarial se revela em presença, além de negar o canal de comunicação, avicultores foram desligados progressivamente e os indivíduos nada receberam. Já outros foram excluídos definitivamente da atividade, sem ter pago o investimento realizado de longa duração. Em síntese, relata uma série de problemas funcionais e sublima no relato, a relação de poder induzida pelo peso econômico do lado do processamento.

Nesse sentido, formulamos a seguinte hipótese de ruptura evidente em 2013. Em primeiro lugar, sucessões de problemas vão aos poucos acumulando do lado agrícola, mas a resistência no sentido de buscar contornar os agravantes chega ao limite da possibilidade, ainda que de maneira individual sempre existiu. Porém, há uma evidente (des) personificação das relações de parceria reconhecida e justificada, entretanto, a produção contratual em termos do direito sempre foi impessoal, do lado industrial é um contrato civil. Porém, em 2013 uma multinacional emerge no horizonte. Por um lado, sustenta certa segurança relativa da saúde financeira da organização, mas corta a possibilidade do diálogo nos termos locais e individuais. Nesse sentido, a necessidade de investir, as técnicas de manejo e o peso do mercado recai sobre o lado agrícola, também é parte do ambiente econômico e do humor da sociedade englobante. Desse modo, a indústria-frigorífico procurou manter a mesma forma de relacionamento anterior, mas



visava ou visa purificar os integrados, aprimorar e concentrar a produção de aves. A aparição de um grande grupo industrial no setor não é novidade, já havia acontecido antes na unidade de Forquilha, mas sobre isso pouco sabemos como foi a transição para os integrados.

Sintetizando o cronograma das principais atividades da AVISULSC, fica fácil compreender certas peculiaridades (ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, 2015). Foram várias as vistas aos avicultores no sentido de mobilizar o grupo, a distância entre os proprietários no Sul Catarinense é relativamente grande. Além disso, qual o papel do sindicato rural dos municípios e o sistema da FAESC? Nesse sentido, a representação que deveria acolher a demanda chega até esses sujeitos? Procurando responder os questionamentos subsequentes, em paralelo, reuniões com prefeitos dos municípios se mostra um indicativo do desdobramento e dos caminhos seguidos. A contrapelo, no dia 16 de outubro, uma audiência pública no Ministério Público do Trabalho (MPT), onde foi convocado o lado agroindustrial para prestar esclarecimento, e coube ao MPT de Criciúma, intermediar o diálogo. Antes disso, o rol de reivindicações dos avicultores já havia sido entregue para a empresa no dia 08 de junho de 2013. A primeira rodada de negociações ocorreu no início de outubro do mesmo ano, no município de Criciúma, e uma segunda em 23 do mesmo mês. Trinta dias após, em 23 de novembro, aconteceu uma assembleia extraordinária para debater a proposta da JBS. Analisada coletivamente foi recusada e reencaminhada numa nova contraproposta retirada da assembleia. Já em 12 de fevereiro de 2014, nova reunião foi marcada em Urussanga, cancelada pela empresa nos últimos instantes, e sem justificativa objetiva e aceitável. Nesse sentido, no mês seguinte nova rodada de itens prioritários, conforme o documento consultado nada resolvido ou encaminhado.

De fato, pouco avança o debate no sentido qualitativo. No entanto, acompanhando o cronograma de atividades podemos vislumbrar uma quantidade expressiva de eventos brevemente listados aqui. Salta aos olhos reuniões com a Associação de Avicultores do Planalto Norte (AAPLA), do Paraná. Essa em última na presença da CNA e da Comissão de Avicultura do mesmo Estado. Em Brasília, em 03 de junho de 2014, audiência pública da associação com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitando o refinanciamento das dívidas. Além disso, reunião na CNA para criar a Associação Brasileira dos Avicultores Integrados (ABAI). Em agosto,



audiência no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para tratar da questão do monopólio no Sul de Santa Catarina. Por fim, participaram do lançamento oficial da ABAI, por meio de um evento técnico promovido pela AAPLA.

Logo percebemos uma aproximação entre as associações, isso em Santa Catarina como no Paraná. Essa troca de informação fica restrita neste artigo, mas sabe-se que é constante e virtuosa. A informação, de modo geral, é a ferramenta básica, do cálculo das tabelas do custo de produção ao suporte jurídico. Entre os desdobramentos do movimento nacional, foi realizado em Nova Veneza, no dia 16 de julho de 2016, o primeiro Seminário Nacional de Produtores Integrados. O evento teve por objetivo integrar e aproximar os produtores dos familiares aos empresariais, na avicultura de corte, recria e postura. Durante o dia painéis relacionados aos custos de produção e a visão da avicultura sob o olhar dos produtores. Nessa linha, debates entorno da lei nº 13.288 da integração agroindustrial, e os impactos da implementação e criação dos mecanismos instituídos pelo novo regramento. Entre as duas principais ferramentas, o Fórum Nacional da Integração (Foniagro) de composição paritária para definir e acompanhar as relações ao nível nacional, neste caso relacionado com a avicultura. Já ao nível local de cada cadeia produtiva, as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs). O painel foi ministrado pelo assessor técnico da CNA, mais precisamente da Comissão de Aves e Suínos da mesma instituição. Entre uma das preocupações assumidas pelo representante, consiste em assegurar que a Cadec local, criada arbitrariamente pela JBS passasse por um mecanismo de controle e legitimidade. Conforme o relato, a Cadec local foi criada 15 dias antes da aprovação da lei, sem a presença substantiva da AVISULSC. Nesse sentido, a avaliação do novo ordenamento é reconhecida por alguns de seus méritos, entre os quais deixar omissão o vínculo trabalhista. Haja vista os debates entorno do projeto apesar do empenho da CNA, a lei foi aprovada com sanção do artigo 14, que por sua vez induzia a revisão de todos os contratos de produção integrada no Brasil. Ou seja, em relação aos mecanismos de transparência, só vale para os novos contratos. A partir de agora a lei passa a indicar o local para debater as questões, mas para isso o produtor precisará ter uma associação atuante.

Retornando um pouco no tempo, uma das ações mais diretas foi a paralização da entrega de frangos de corte nas unidades onde opera a JBS, sucessivamente



Forquilha, Nova Veneza e Morro Grande, nos dias 25 e 26 de abril de 2014. Assim, em paralelo ocorreu outras deliberações entre AVISULSC e JBS intermediada pela associação dos municípios AMREC e AMESC. Também a associação entrega nesse dia uma nova proposta de contrato. Como percebido o contrato foi/é praticamente imposto, caso venha um dia a ser discutido representa uma maior segurança entre os pares, na organização e autorização do trabalho. Desse modo, podemos afirmar e vislumbrar a necessidade de um canal de comunicação e o movimento percorreu todo o caminho, das esferas públicas, tendo divulgado os problemas a comunidade local por intermédio de entrevistas em rádios e emissoras de televisão. De fato, a expressão da resistência na paralização deixa apenas em evidencia o desenrolar de esforço continuado na busca por soluções. O simples acatamento e aproximação das partes areja a atividade, engendra círculos virtuosos e promove uma maior interação e dinamismo.

Entretando, como percebido o trajeto também é ladeado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Além disso, por conta dos problemas da integração e considerando o poder econômico do setor agroindustrial percebe-se uma série de ações judiciais coletivas principalmente no Oeste Catarinense e no Paraná. Por meio do relato das audiências podemos aprofundar pontos específicos do Sul Catarinense. Transcrevendo alguns itens, no dia 16 de outubro de 2013, quando questionado sobre a falta da JBS na audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). O presidente da Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) levou adiante uma consideração a respeito da competência e legitimidade do ato. Desse modo, sobre a pauta de reivindicações a empresa JBS afirma ter conhecimento, e manifesta-se no sentido de levar o inquérito civil para o Ministério Público Estadual (MPE) em Florianópolis, pois afirma que o contrato entre os parceiros é um contrato civil e não de trabalho. Ou seja, questiona a validade da presença do MPT de Criciúma no assunto. O representante do MPE, ressalta que o ato tem por objetivo e importância aproximar as partes e procurar construir as vias de um possível consenso (PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, 2013).

Nessa audiência, também foi relatado conforme números que a margem de lucro do produtor é muito pequena se comparada ao custo de produção ao encargo do avicultor e sua mão-de-obra. Assim, o contrato é imposto, por si mesmo, e pouco conhecimento o integrado tem da confecção das cláusulas e das diversas fases



organizadas a partir da gestão produtiva. Aprofundado mais esta questão, nova audiência em 12 de fevereiro de 2014. Desta vez apenas com a associação, desse modo, a representante da associação declara que não houveram avanços até aquele estágio, e o valor permanecia na média de R\$ 0.40 centavos por animal vivo. Dessa maneira, constata apenas uma melhoria técnica na qualidade dos insumos, entre os quais a ração fornecida pela empresa. Ou seja, os fatores produtivos rações e os animais são da empresa, considerando o patamar tecnológico pouca interferência o produtor tem sobre eles. Se não tem responsabilidade direta, entretanto isso afeta diretamente na remuneração final. Assim, salienta que a mediação da Embrapa pouco produziu êxito (PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, 2014).

Novamente voltamos para a questão da remuneração. Conforme informações, a tabela elaborada pela Embrapa conta na base de cálculo algo próximo de um salário mínimo real. De acordo com o relato da audiência, a instituição pública considera que R\$ 1.527 líquido, seria e de bom tamanho para uma família de quatro pessoas. Dessa maneira, a evocação da Embrapa foi entendida ao contrário, como alinhada com os interesses empresariais. Por outro lado, o levantamento feito pelos avicultores não foi devidamente considerado. Nessa lacuna, reside um fato um tanto desconcertante. Segundo argumento, nos dias transcorridos o levantamento de custo feito pela Embrapa passou a ser objeto de debates nas reuniões, entre os dois lados. Qual o resultado? A planilha da Embrapa munida de legitimidade é deslocada e apropriada pelo lado agroindustrial. Além disso, a empresa induziu o custo de produção estimado da entidade sob a alegação de ser esta a condição básica para abertura da pauta da associação no dia seguinte. Entretanto isso não aconteceu. Vale ressaltar que este trabalho consiste apenas em arejar o cronograma de atividades na forma de narrativa dos acontecimentos. A partir da nossa formação em história, não temos a pretensão e nem a competência de fazer uma análise crítica tanto dos procedimentos jurídicos e muito menos compreender as atribuições do MPT. Por fim, o documento base da construção da narrativa é utilizada pelo valor do relato impresso.

Localizamos no mesmo documento, outros importantes indícios. O senhor presidente da associação havia sido desintegrado da JBS, e em ato entregou o aviário ao banco por falta de pagamento. Outros três produtores foram reintegrados após o desligamento, mas sem receber qualquer indenização e ressarcimento pelo tempo



parado. Nesse sentido, o quadro parece um pouco tênue, ao passo de ser relatado que a JBS deixaria de lado qualquer negociação entre integrados que entrassem com algum tipo de ação judicial. Ampliando um pouco o quadro histórico, já nas pesquisas de Belato (1985), Vogt (1994), Pizzolatti (1996) emerge todo tipo de estratégia do setor de processamento. Da pressão sobre a tentativa de mobilização, bem como do controle do perfil dos integrados, e da falta de reconhecimento de qualquer forma de organização, e na pressão sobre os líderes entre outros. Nesse sentido, considerando o período geral que a integração ganha forma controlar os requisitos técnicos e inscrever comportamentos a ser seguidos, é uma marca patente do padrão de produção industrial. Fato que por si só dá margem para argumentar que o integrado na realidade é uma extensão da fábrica. Se na década de 1980, uma grande integradora de Santa Catarina deixava claro que não estava interessada por integrados considerados desatentos, agora parece que pretende deixar as coisas como sempre estiveram: apenas gerir os pressupostos produtivos sem nada poder questionar.

Considerando a narrativa deste texto, procuramos sublinhar certos pontos. Assim, na maioria dos eventos encontramos questões fundamentais para entender a atividade, e ele se mostra, desta mesma maneira. Entretanto, basta ampliar e tentar uma síntese para perceber o quanto entre o consenso e o dissenso sobrepõe uma trama mais complexas de relações. Sobretudo, quando o material observado é aquele da produção material da existência, histórica e dialética.

## **Considerações finais**

Talvez a construção da pesquisa seria inviável e monótona se os avicultores da região não tivessem feito a simples pergunta: por que estamos protestando. De fato, 2013 é um ano interessante para servir de contexto da atividade de contestação social no Brasil, entretanto, como percebido são vários os elementos atenuados durante os últimos anos. De modo geral, um real aumento dos custos de produção do lado agrícola causando decréscimo e descapitalização dos produtores, e mais exigências constantes induzidas pelo mercado. Por outro lado, a AVISULSC acumula conquistas, de certa forma, um pequeno reajuste no valor recebido. Além disso, a divulgação de que a atividade não remunera os investimentos proporcionou um efeito duplo: exclusões foram cessadas



momentaneamente; e os avicultores pequenos produtores região já podem contar com um canal comum de diálogo. Os méritos da AVISULSC entre tantos, consiste em buscar consenso por meio do dissenso, e ao contrário. Isso só areja e solidifica solidariedade, pois afinal não vivemos em um estado do homem lobo do homem, como pressupõe o setor do processamento. Como percebido os desafios são muitos, mas inteiramente reais e possíveis. Além disso, quais são os meios pelo qual a associação ganha peso no espaço onde reside, senão aqueles onde uma participação ativa dos indivíduos se faz por meio da coletividade e solidariedade.

Fica em questão um ponto central, o setor empresarial por conta do largo poder econômico se encontra em uma posição favorável em relação aos produtores, seja por conta da apropriação no quadro histórico das instituições públicas, do produto social, ou pelo controle da informação e a articulação política dentro do Estado: o país não se tornou, um dos três maiores produtores e o maior exportador de carnes de frango sem que o setor fosse financiado por dinheiro público, direta ou indiretamente. Entretanto, não se nega a importância da iniciativa privada. Nesse sentido, por que aos produtores integrados fica obstruído tensionar o consenso e o dissenso?

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARIENSE. **Diagnóstico Socioeconômico dos Avicultores do Sul Catarinense**. Criciúma, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Cronologia principais atividades 2013 a 2015**. Lauro Muller, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Ofício nº 25**. Lauro Muller, 2013b.

ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE. **Por que estamos protestando????**. Lauro Muller, 2013c.

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. 1985. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. 381 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVEZ, Eliseu, SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO,



Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII, nº 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.

DALLA COSTA, Armando João. Contratos, novas tecnologias e produtividade do trabalho entre os avicultores do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 313-340, jul./dez. 2008.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Manifesto coletivo das representatividades dos integrados face ao PL 6459/2013**. 2014.

Disponível em: < <http://www.fetaesc.org.br/noticias/manifesto-coletivo-das-representatividades-dos-integrados-face-ao-pl-64592013/>> Acesso em: 17 jun. 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

MIOR, Luiz. Carlos. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

PEDROZO, José Zeferino. A eterna equação do milho. **Agricultura SC**, Florianópolis, n. 32, jan./fev., p. 3, 2016. Disponível em: < [http://www.senar.com.br/portal/faesc/imagens/boletins/6487\\_REVISTA\\_AGRICULTURA\\_SC\\_-\\_JAN-FEV2016.pdf](http://www.senar.com.br/portal/faesc/imagens/boletins/6487_REVISTA_AGRICULTURA_SC_-_JAN-FEV2016.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2016.

PERTILE, Noeli. O capital agroindustrial catarinense e o Estado. **GeoTextos**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 13-30, jul. 2011.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os pequenos produtores do Oeste Catarinense: integrados ou entregados?** 1996. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. **Inquerido: SETOR AVÍCOLA**. Criciúma, 2013.

PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. **Inquerido: SETOR AVÍCOLA**. Criciúma, 2014.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **A diversidade das formas das lutas no campo: A diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Unesp, 2009. v.2. p. 321-338.

SCHIMIDT, Vanice Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHIMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.



---

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori; CORADINI, Odaci Luis. **Camponeses e Agroindústria**: Transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.



## Trabalho Completo de Relato de Ensino

### 14818 - Projeto PIBID História: documentação escolar, produção audiovisual e discussão de gênero

Nathália Pereira Cabral, Isadora Farias Espindola, Michele Gonçalves Cardoso<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Extremo Sul Catarinense

**Resumo:** O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) tem como principal objetivo a formação complementar dos e das acadêmicos/os em quanto futuros e futuras educadoras/es. Desta forma, no ano de 2015 o PIBID de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, desenvolveu atividades baseadas na utilização e produção audiovisual nas escolas do município de Criciúma para posteriormente, serem utilizados como material didático, bem como o uso de documentos para o ensino da disciplina no ensino fundamental. Dividido pelas etapas: (1) formação teórica, (2) pesquisa no acervo da instituição escolar, (3) discussão e socialização dos temas com as educandas e educandos, (4) produção e divulgação do material produzido em parceria com a direção, alunos/as da turma 903 e professora bolsista da escola Iara Odila Nunes. Desenvolvemos o audiovisual na escola Hercílio Amante realizando um recorte de tema com base nas fichas de matrículas escolares encontradas referentes às décadas de 1960 a 1990, onde havia somente filiações masculinas e ausência das figuras maternas, ou femininas nos documentos. Portanto, o projeto se deu com base em três problematizações no ambiente escolar: o uso do audiovisual como material didático, a documentação escolar no ensino de História e a discussão de gênero nas escolas a nível municipal.

**Palavras-chave:** Gênero – Educação – Audiovisual – Documentação Escolar.

O uso do audiovisual como ferramenta didática e de pesquisa ainda ocupa lugar marginalizado no ambiente escolar (exceto em raros casos), uma vez que muitos atribuem a este, um modo somente de passar o tempo e não como reflexo de uma sociedade que o produziu, registrou e recebeu. O PIBID de História buscou então, problematizar questões como essas, levando esta discussão para os 25 bolsistas do projeto, bem como para os alunos e alunas das escolas municipais trabalhadas: E.M.E.F Hercílio Amante no bairro Vila Floresta; E.M.E.F Érico Nonnenmacher no bairro Pinheirinho e E.E.B Engº Sebastião Toledo dos Santos no bairro Comerciário.

Dentre os 25 bolsistas, foram feitos subgrupos onde o nosso foi composto pelas acadêmicas Nathália Cabral e Isadora Espindola. Após definidos os subgrupos, os mesmos foram para a pesquisa no acervo escolar, onde analisaram uma diversidade de documentos encontrados: recibos de contas, fotos de eventos, diários de classe, livros 'negros', atas de reuniões pedagógicas, de pais e professores, fichas de matrículas, etc.



O objetivo definido por nós, para ser analisado e posteriormente problematizado junto à classe (turma 903), foram as fichas de matrículas, as quais nos chamaram atenção pelo conteúdo que inexistia nelas: as assinaturas femininas e/ou das mães.

Além da discussão referente ao uso do audiovisual, o projeto também priorizou inserir o uso de documentos escolares nas aulas, buscando enfatizar a história local e regional e desconstruir o mito de que “História” é apenas aquilo que consta nos livros didáticos, registros oficiais e livros redigidos por ‘grandes pensadores’ e intelectuais. Assim, surgiram as indagações: como utilizá-los? Como realizar uma boa interpretação de determinado período histórico através de um documento? Questionamentos como estes fundamentaram o projeto ao longo do ano, possibilitando as bolsistas uma maior relação com os temas e aos alunos e alunas das escolas o contato com questões até então raramente problematizadas no ambiente escolar.

Tratando-se de uma discussão sobre gênero, a qual se deu pelos documentos referentes às décadas de 1960 a 1990 encontrados no acervo escolar, e sendo este – relações de gênero – um tema pouco abordado, o que é afirmado inclusive pela direção nos registros do audiovisual, o projeto foi um desafio que proporcionou aos alunos/as da turma 903 o contato com uma problemática até então negligenciada. Para realização do mesmo, fez-se necessária pesquisa e aprofundamento teórico sobre as temáticas: história e audiovisual, o uso de documentos para o ensino de história e o gênero como categoria de análise.

### **Da documentação escolar a socialização das fontes**

Motivadas pelas ausências constatadas a partir das análises, nos fica a pergunta: onde estavam essas mulheres? A questão que permeou nosso projeto surge com a inquietação perante os documentos encontrados no acervo escolar, em que as ausências “existentes” geram tantos questionamentos quanto seus próprios registros chancelados pelo estado. Assim, como nos outros ambientes públicos a escola reproduz seus moldes sendo não algo isolado, mas uma continuidade das desigualdades, relações de poder e dicotômicas (homem *versus* mulher; menina *versus* menino). Segundo a proposta Curricular de Santa Catarina:



Ao se falar em gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, homem e mulher, a partir do olhar biológico. O gênero remete, também, a outros corpos. Remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades em outros sujeitos. É a partir da categoria gênero que sujeitos LGBT podem ser compreendidos no mundo social atual, o que torna essa categoria imprescindível aos sujeitos da diversidade sexual. (pg. 59, 2014)

Desse modo, foi de suma importância atentar-se não apenas as desigualdades presentes na rotina e enraizados nos discursos. Como em específico, as aulas de futebol sexistas que nos foram relatadas por algumas alunas da turma 903, mas também nos detalhes os quais não se fazem visíveis. Existem possibilidades de se ressignificar esses espaços de dominação, segundo Louro:

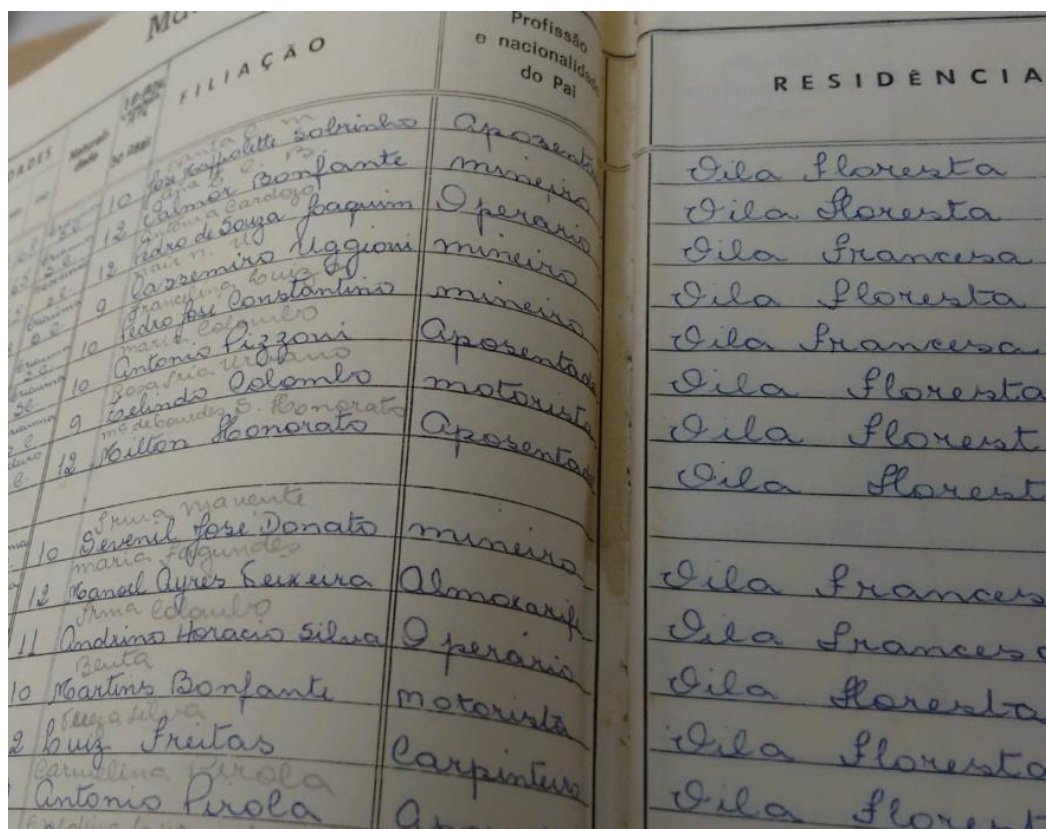
Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de "homem dominante versus mulher dominada". Por outro lado, não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços de instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício do poder. (LOURO, 2014, p.37).

O objeto de estudo é delimitado a partir de uma desigualdade extremamente subjetiva, onde as cores e a forma de escrita respondem problemáticas e nos indicam 'silenciamentos'. Em um mundo bipolarizado, onde somos divididos por cores masculinas e femininas, lugares dos fracos e dos fortes, locais de circulação para gêneros diferentes, história dos excluídos e heróis, qual o peso de um registro que pode ser apagado facilmente em contrapartida de outro produzido para durar?

A partir da observação das fichas de matrícula das décadas de 60 a 90 percebe-se um alarmante resultado: constatamos que boa parte da documentação apresenta apenas as assinaturas das figuras paternas e em raros casos há existência das assinaturas de figura materna, ou femininas, porém diferente dos casos anteriores estão escritas a lápis.

Esses dados que nos indicam os 'lugares das mulheres' sem perpetuam em várias instâncias, assim nos afirmando que esses papéis atribuídos não eram fatos excluídos ou isolados, ocorrendo apenas no âmbito escolar, mas em diversos espaços de sociabilidade de homens e mulheres. Como nos mostra (em diversos momentos) o livro "Nova Veneza Na Primeira Metade do Século XX: quadros de memórias, retratos de família", o qual não se trata da cultura escolar, mas nos esclarece às relações

(socioeconômicas) existentes na região, sendo que Nova Veneza é um município Vizinho de Criciúma e as análises pontuadas no livro datam o mesmo período – século XX – referente às documentações encontradas na escola. Segundo Lucy Cristina Ostetto: “Cada família tinha sua conta nos Bortoluzzi, identificada no livro-caixa com o nome do pai, a nos lembrar que a eles cabia negociar.” (pg. 55, 2014)



FILIACÃO		Profissão e nacionalidade do Pai	RESIDÊNCIA
10	João Baptista Sobrinho	Aposentado	Vila Floresta
12	Calixto Bonfante	mineiro	Vila Floresta
12	Pedro de Souza Paquim	Operário	Vila Francesa
9	Carremiro Aggioni	mineiro	Vila Floresta
10	Francisco Constantino	mineiro	Vila Francesa
10	Antonio Pizzoni	Aposentado	Vila Floresta
9	Isabelo Colombo	motorista	Vila Floresta
12	Wilton Honorato	Aposentado	Vila Floresta
10	Serenil José Donato	mineiro	Vila Francesa
12	Manoel Aires Saxeira	Almoxarife	Vila Francesa
11	Andrino Horacio Silva	Operário	Vila Floresta
10	Martins Bonfante	motorista	Vila Floresta
2	Luiz Freitas	Carpinteiro	Vila Floresta
	Antonio Firola	Aposentado	Vila Floresta

Foto: Isadora Espindola. Matrículas escola Hercílio Amante - 1987. Fonte: acervo escola, 2015.

Vale-se o destaque do papel atribuído ao historiador e/ou historiadora no processo de busca de fontes, mesmo que o intuito posterior seja do caráter docente. Em grande parte de documentos oficiais, tanto em um âmbito escolar como nos mais diversos seguimentos políticos e públicos, o que lhes foi atribuído – por muito tempo – é o caráter positivista, visando beneficiar o estado, o sistema capitalista, o sistema patriarcal, e, por conseguinte às relações de poder que se estabelecem em diversas instâncias.

No entanto, é possível ‘nadar contra a correnteza’ propondo uma ressignificação ao documento e suas pertinentes respostas? A pesquisa nos mostrou que sim e há diversas formas de se reafirmar isso: pela história oral, pelos vestígios não oficiais relacionados aos documentos chancelados e por análise de imagens.

A partir das informações negligenciadas, mas por nós percebidas é formulado o



problema: de que forma introduzir em um contexto escolar as questões apontadas a partir das fontes selecionadas? Como trazer uma discussão saudável e crítica para a sala de aula em um cenário de educação fragilizado e com constantes ameaças ao ofício do professor?

De que forma interseccionar os diversos eixos marginalizados? Sendo que as discriminações não são isoladas e se perpassam a todo instante, ficando visíveis principalmente nas falas atribuídas a alunas e alunos em depoimentos de suas vivências e experiências negativas, geradas pelo preconceito racial, ofensas e exclusões.

Embora haja intenção de intersecção entre eixos marginalizados como classe, raça e gênero, é importante ressaltar que em todos os momentos existiu um cuidado e policiamento muito grande, pois, por mais que se exista a intenção de verificar as desigualdades baseadas em questões marginalizadas, deixamos evidente que nosso objeto de estudo eram as relações desiguais que permeavam a questão de gênero, onde como a própria autora Joan Scott pontua em seus estudos, há inexistência de paridade entre os eixos marginalizados:

A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações. Não há unanimidade entre os(as) que utilizam os conceitos de classe. Alguns(mas) pesquisadores(as) utilizam a noção de Weber, outros(as) utilizam a classe como uma fórmula heurística temporária. Além disso, quando mencionamos a “classe”, trabalhamos com ou contra uma série de definições que no caso do Marxismo implica uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente. Não existe este tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de “raça” nem para a de “gênero”. No caso de “gênero”, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos. (SCOTT, 1989, p.04)

Após diversos questionamentos dos quais muitos sem respostas e das discussões entre as integrantes do subgrupo do PIBID de História, inicia-se as formações de oficinas documentais, sintetizando o contato com documentos e suas diversas formas.

As oficinas de arquivo e documentação ocorreram em parceria com o Centro de Memória e Documentação da UNESC – (CEDOC), onde os objetos disponibilizados, tais como: luvas, jalecos, toucas, máscaras, lupas e pó de borracha para higienização foram utilizados para a iniciação prática do contato com a documentação, visando informar e atribuir importância aos cuidados com o documento, não apenas os históricos,



mas também os pessoais de cada aluno e aluna, fazendo-os refletir de que todos produzem história e que para isso acontecer um dos passos importantes é a salvaguarda da memória e também da preservação de patrimônios materiais, como os documentos particulares.

Em relação aos “uso” dessas fontes, cabe tanto ao professor(a) quanto aos alunos e alunas um olhar apurado, pautando-se pela análise e não apenas pela descrição do que é apresentado e/ou encontrado, pois os fatos não são imutáveis e as práticas de estudo e ensino não devem ser estagnadas, é preciso também admitir os mais diversos formatos de informações e documentos. Segundo Circe Bittencourt:

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias. (BITTENCOURT, 2005, pg. 331).

Após as aulas sobre a importância da preservação documental, socialização do tema, atividades propostas com o intuito de se perceber as desigualdades mais presentes e alarmantes na rotina escolar e da abordagem em sala de aula com conceitos básicos sobre questões de gênero, finalmente foi feita as divisões das tarefas para a produção audiovisual, onde se incluiu passos desde a filmagem até as entrevistas e pesquisas.

### **Práticas cinematográficas: entre a ‘verdade’ e a construção das narrativas históricas**

As produções audiovisuais não ocupam lugar prioritário nos planejamentos de ensino das professoras e professores, em muitos momentos são utilizados com intuito de tapar lacunas, ou seja, aparecem para completar horas e ser um descanso das atividades de sala de aula. Pode-se perceber também que muitos filmes são utilizados como agentes de verdade de determinado momento histórico, sendo que são apenas narrativas de um recorte e uma forma de interpretação, ou seja, não são verdades, mas sim pontos de vista acerca de fatos: construções e verossimilhanças. Segundo Hagemeyer:



O uso de filmes como recurso didático nas escolas aumentou após a difusão do videocassete, surgindo também a preocupação em relação à preparação, por parte do professor, de atividades relacionadas aos seus conteúdos. É sintomático hoje que nas listas de filmes disponíveis na internet voltados para o ensino de história haja a presença maciça de obras de ficção consagradas no cinema e na televisão, as chamadas "reconstituições de época", cuja trama é ambientada em algum momento do passado. (...) Quando usados meramente como "entretenimento" e não problematizados em sala de aula, esses filmes fazem a escola (e mesmo a universidade) refém da linguagem audiovisual hegemônica nos meios comerciais. (HAGEMeyer, 2012, p. 112).

*A priori*, nos cabe realizar a seguinte reflexão: existe de fato algo que ilustre uma verdade? Ou então: Existe uma verdade de fato? As respostas para estas questões são inúmeras, mas deixam claro que uma produção audiovisual não é capaz de contemplar tudo e todos/as. De modo geral, ainda que não problematizado, o uso de imagens (em movimento ou não), são característicos das aulas de história, mas pensemos este uso de uma maneira distinta, analisando por outro viés. Não apenas de representação do fato exibido, mas como uma interpretação de seu tempo e contexto em que foi produzido. Ou seja, é necessário a percepção do historiador/a ou do professor/a em sua prática docente, que observe não somente o que é retratado na produção fílmica, mas as características do período em que foi realizado o audiovisual, e dentro desse contexto temporal seus aspectos políticos, sociais, culturais, regionais e a parte financiadora da produção: apoiadores e patrocinadores, os quais muitas vezes passam despercebidos nas análises, mas são pontos determinantes para a compreensão das narrativas escolhidas e de interesses.

Fica evidente que as fontes documentais de caráter cinematográfico são interpretações de um dado recorte histórico sendo inexistente a imparcialidade, assim como qualquer outro documento de natureza distinta. Se suas diversas fontes são imparciais, de que forma ser um profissional da história ou um educador neutro? Conclui-se que não há possibilidade de neutralidade na história, como também não há possibilidades de uma escola sem ideologias.

É importante também ressaltar que não existe, ou pelo menos não deveria existir uma hierarquia entre os documentos escritos, redigidos e impressos em relação aos documentos digitais e eletrônicos. Embora haja diferenças, cada qual cumpre sua função como forma de salvaguardo e preservação de memórias. Independente de suas funções, um não anula a necessidade e finalidade do outro, atuam de formas distintas, embora relacionados direta e indiretamente.



É evidente que as práticas tecnológicas apresentam uma série de pontos positivos, gerando um acesso em massa de forma rápida e até mesmo mais barata e democrática, porém não se deve subestimar a importância de documentos físicos e impressos. Segundo Diana Vidal:

A fragilidade do suporte digital cresce na proporção direta do surgimento de novas tecnologias e no descuido da preservação dos *equipamentos leitores*. Se é uma impossibilidade tudo preservar sob o risco de nada recuperar, é também equívoco substituir todos os documentos por cópias digitais, cuja durabilidade é uma incógnita (...). (VIDAL, 2002, pg. 60).

A discussão em relação a esses documentos se estende sendo necessário a aplicação de políticas de descartes, mas seguimos a diante, pois esse não é o foco de nossa pesquisa.

### **“Gênero: uma categoria útil para a filmagem e a escola?”**

Parafraseando Joan Scott em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, se na história busca-se os estudos de gênero de uma forma analítica onde as atribuições não sejam simplesmente descrição de fatos buscando compreender que as relações não são estagnadas e tão pouco imutáveis, seria possível uma categoria analítica pautando-se de produções audiovisuais e posteriormente aplicadas à docência?

Durante todo o projeto a intenção foi perceber que as ações e discursos presentes no ambiente escolar vêm de reproduções e ações enraizadas em uma cultura machista, onde é necessário se fazer perceber que o preconceito com meninas no jogo de futebol, como citado pelas alunas, e conseqüentemente a punição dos corpos decorre de vários fatos, entre eles a questão de o porquê as mulheres não tinham direito de matricular seus filhos e filhas, atividade destinada apenas aos homens, os ‘chefes de família’.

Mais do que perceber essas relações como atributo de uma cultura machista e sexista, um dos objetivos foi refletir a maneira como os discursos perpetuam as discriminações, mesmo que essa intenção não fique aparente ou não se mostre de forma negativa, ou agressiva.

Tentamos, mesmo que de forma sucinta, algumas ‘pequenas’ modificações na rotina e na cultura escolar (ao menos em alguns aspectos). As mudanças pautaram-se



desde o questionamento às aulas de educação física e ao ‘futebol dos meninos’ até a flexão de gênero. Por que temos que usar o masculino para representar o universal? Por que o feminino é ofensivo e não contempla os homens, assim como “os homens” contemplam as mulheres? Por que na maioria das vezes as atividades de raciocínio lógico são atribuídas aos meninos e atividades manuais que exigem maiores cuidados são atribuídas a ‘delicadeza’ e/ou ‘fragilidade’ das meninas?

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2015, p. 45)

Como citado anteriormente o projeto foi dividido em etapas, onde após a pesquisa no acervo, socialização do tema e coletas de dados iniciou-se a prática de filmagem e som. Para realizar a prática, contamos com auxílio novamente do CEDOC, que disponibilizou os equipamentos de filmagem: câmera, microfones, tripé e o programa para editar os vídeos. A turma 903 foi dividida em grupos, onde os alunos e alunas participavam da atividade a qual se identificavam: equipe de filmagem, equipe de som (trilha sonora), equipe de pesquisa, equipe para realização das entrevistas, equipe com alunos/as que iriam atuar e equipe responsável pelo roteiro.

As filmagens foram realizadas em distintos locais, mas boa parte aconteceu na escola, onde foram entrevistadas professoras, diretora, alunas e alunos da turma 903. Fora da escola entrevistamos a professora Giani Rabelo (coordenadora do mestrado em educação UNESC) que trabalha e discute questões de gênero na educação.

Além da questão prática da docência e da vivência durante o período de um ano em relação à dificuldade da inserção do debate de gênero nas escolas, percebe-se que as limitações vão além do ambiente escolar. Cabe-nos pensar e questionar o porquê da falta de atenção perante um tema obrigatório na proposta curricular de Santa Catarina:

A Proposta Curricular de Santa Catarina centra-se no pressuposto de que o direito à educação para todos deve ser garantido por meio da efetivação de políticas contra formas associadas de exclusão, em especial aquelas motivadas por preconceito e discriminação de natureza étnico-racial, de orientação sexual ou de identidade de gênero, bem como, qualquer outra decorrente de conteúdos ou condutas incompatíveis com a dignidade humana. (pg. 60, 2014)

Apesar dessa obrigatoriedade assegurada por lei e afirmada na proposta



curricular, não devemos culpabilizar os/as professores/as em atividade e a direção, ou atribuir o problema somente a eles/elas. Mas, pensar de que maneira estão sendo formados esses/essas profissionais? Qual a interação do meio acadêmico (durante a formação universitária) com a comunidade? Quais espaços são cedidos nessas mesmas universidades para o debate de classe, raça, gênero e tantos outros marginalizados e ‘apagados’ pelos registros?

Diante de nossa realidade socioeconômica, estrutural e cultural, talvez realmente seja cedo para a inserção de alguns temas pautados pelos movimentos feministas, dado que a narrativa da história das mulheres seja recente tanto em um cenário mundial, quanto principalmente nacional, mas, isso não nos abstém de maneira alguma do debate em sala de aula, das desconstruções pertinentes perante as naturalizações, das problemáticas trazidas diante das questões dicotômicas presentes na rotina, do machismo institucionalizado, das hierarquias sexistas tidas como necessárias e comuns e dos discursos diários que naturalizam violências, preconceitos e mascaram discriminações. “Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distinta” sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se corpos e as mentes.” (LOURO, Guacira, 2014, pg. 66).

Como resultado do trabalho técnico em relação à produção audiovisual, em dezembro de 2015 foi realizada uma mostra de Vídeos Históricos, organizado pelo CEDOC em parceria com a coordenação do curso de História e Centro Acadêmico de História Edson Luís com os documentários produzidos pelos grupos participantes do PIBID de História.

Em nosso audiovisual, como citado durante todo o presente trabalho, abordamos a questão de gênero no ambiente escolar em um recorte a partir da documentação encontrada e selecionada para análise. O enredo apresentado após a conclusão da produção foi composto por entrevistas com os/as alunos/as da turma 903, diretora da escola Hercílio Amante, professoras universitárias, recortes de propagandas da década de 60 (onde eram presente os discursos machistas), recortes de filmagens de movimentos sociais que lutam pelo direito das mulheres e exibição de uma música inédita intitulada “Resistência”, criada pelas acadêmicas Nathália Cabral e Camila Dagostim, ambas integrantes do PIBID de História, mas de subgrupos distintos.



## II Mostra de Vídeos Históricos

Edição especial Pibid/Unesc

3 de Dezembro  
Quinta-Feira  
19h  
Bloco O, Sala 1



Foto: coordenação curso de História – divulgação do evento em 2015.



Foto: Nathália Cabral – práticas em imagem e som: produção do audiovisual com a turma 903 - 2015.

É importante ressaltar que embora o projeto tenha tido um recorte de gênero para a construção das narrativas e das questões pertinentes ao nosso subgrupo



composto pelas bolsistas Nathália Cabral e Isadora Espindola, o objeto de estudo que encaminhou a discussão de todos os grupos e integrantes do programa (PIBID História) foram às produções fílmicas e a problematização do audiovisual como material didático em diálogo com outras metodologias e práticas de ensino. Por isso em alguns momentos não houve aprofundamento no aspecto prático das problemáticas de gênero, embora tenha tido aprofundamento teórico. Isso se deu devido o intuito de centralizar a discussão acerca da questão documental. Assim, abrindo-se caminho para novas pesquisas, por mais que o projeto tenha sido finalizado perante os objetivos propostos pelo programa durante o ano de 2015.

**Fonte financiadora:** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID.

## REFERÊNCIAS

- HAGEMEYER, Rafael Rosa. A história nos meios audiovisuais: entre a veracidade do registro e o poder evocativo das simulações. In.: **História & Audiovisual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T.. **História & Documento e Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora Ltda, 2007. P. 67-117 (História &...reflexoes).
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. P.327-328.
- VALIM, A. B. **História e Cinema**. Editora Elsevier, 2012, Rio de Janeiro.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 165-196.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade. v. 16 n.2, jul/dez. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Paz e Terra, ed. 3, Rio de Janeiro, 2015.
- LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Vozes, ed. 16, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2014.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **O livro e a biblioteca, o documento e o arquivo na era digital**. UFPL, Pelotas, 2002, p. 54-63



PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero na pesquisa história.** Revista Catarinense de História. 1994, p. 35- 44.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** São Paulo, v.24, 2005, p. 77-98.

RAGO, Margareth. **EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA.** Florianópolis, 1998, p. 1-17.

OSTETTO, Lucy Cristina. **NOVA VENEZA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX quadros de memórias, retratos de famílias.** Letras contemporâneas, Florianópolis, 2014.

CÂMARA, **Projeto de Lei N° 867,** 2015. LUCAS, Izalci. Brasil

Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina.** Disponível: [http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/Proposta\\_Curricular\\_final.pdf](http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/Proposta_Curricular_final.pdf)  
**Apêndices**

Apêndice A – Foto: Isadora Espindola. Matrículas escola Hercílio Amante - 1987. Fonte: acervo escola, 2015.

Apêndice B – Foto: Nathália Cabral – práticas em imagem e som: produção do audiovisual com a turma 903 - 2015.